

PEDAGOGIA QUEER: LIDANDO COM AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ESCOLA ¹

Andréia Ambrósio-Accordi²
andreiaambrosio5@hotmail.com

Iury de Almeida Accordi³
Iury.accordi@ifsc.edu.br

Resumo

A escola é conhecida por ser normalizadora, com a heterossexualidade sendo instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão. Para reverter esse cenário, necessita-se de práticas pedagógicas em consonância com políticas educacionais de respeito à diversidade e diferenças de gênero, como a pedagogia *queer*, que surge da intersecção entre uma pedagogia crítica à educação convencional e sua reprodução de relações de poder desiguais e a teoria *queer*, crítica às práticas de normalização. Objetivou-se sensibilizar discentes do Ensino Médio técnico de duas escolas públicas de Joinville (Santa Catarina, Brasil) sobre a importância de uma convivência respeitosa entre as diferentes manifestações de gênero no ambiente escolar, utilizando-se pressupostos da Pedagogia *queer*. Realizou-se uma intervenção extensionista, possibilitando o compartilhamento de experiências a respeito do assunto por meio de quatro oficinas interdisciplinares. Essa vivência possibilitou que os participantes refletissem tanto em relação à aceitação dos outros como diferentes, como também a si mesmos com suas contradições e peculiaridades. Considerando-se que não há como isolar a escola do seu entorno social e que situações que ocorrem nela têm relação com o que está fora dela, a escola se torna um lugar privilegiado para reflexão e debate de temas ligados ao gênero.

Palavras-chave: Educação Básica. Heteronormatividade. Interdisciplinaridade.

Abstract

The school is known as a normalizing institution, with heterosexuality being instituted and experienced as the only natural and legitimate possibility of expression. To reverse this scenario, we need pedagogical practices in line with educational policies that respect diversity and gender differences, such as queer pedagogy, which arises from the intersection between a critical pedagogy of conventional education and its reproduction of unequal power relations and queer theory, which is critical of normalizing practices. The objective of this study was to raise the awareness of secondary technical students from two public schools in Joinville (Santa Catarina, Brazil) about the importance of a respectful coexistence between the different manifestations of gender in the school environment, using the presuppositions of Queer Pedagogy. An extensionist practice was done, allowing the sharing of experiences on the subject through four interdisciplinary workshops. This experience allowed the participants to reflect both on the acceptance of others as different, as well as themselves with their contradictions and peculiarities. Considering that there is no way to isolate the school from its social environment and that situations that occur in it are related to what is outside it, the school becomes a privileged place for reflection and debate on gender issues.

Keywords: Basic Education. Heteronormativity. Interdisciplinarity.

¹ Trabalho executado com recursos do Edital IFSC PROEX 21/2018 - Apoio à curricularização da extensão.

² Licenciada em Educação Física; Especialista em Dança e em Educação; aluna da especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica – IFSC Gaspar

³ Licenciado em Ciências Biológicas; Doutor em Ciências; Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do IFSC.

Introdução

Foucault (1987, p. 202), descreve o “poder da norma” como algo que funciona facilmente dentro de um sistema de igualdade formal e explica que esse poder introduz dentro de uma homogeneidade, que deve ser a regra, toda a gradação das diferenças individuais. A normalização, portanto, consiste de um dispositivo de organização disciplinar, transferível a numerosas e diversas instituições e aparelhos e que foi chamado de “poder de normalização” (Foucault, 2001, p. 61). O autor salienta que a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção, não tendo por função excluir, pelo contrário, ela se liga sempre a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, uma espécie de poder normativo (Foucault, 2001, p. 62).

Numa perspectiva histórica, a educação foi durante muito tempo um local normativo, agindo inclusive como um grande veículo de normalização estatal⁴ (Miskolci, 2017, p. 41). Essa normalização apoiava um processo educativo heteronormativo, no qual um currículo oculto⁵ estaria comprometido com a imposição de uma heterossexualidade compulsória⁶, que gerava uma recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo com o padrão (Miskolci, 2017, p. 35).

A heteronormatividade se fundamenta dentro de relações sociais que envolvem discursos de diversidade e diferença. A diferença é entendida como um processo cultural e de distribuição de poder – mobilizando as divisões de raça, classe, cor da pele, geração, gênero, sexualidade, pertencimento religioso, entre outras – conforme o contexto analisado, onde algumas diferenças podem significar mais do que outras (Seffner, 2013). É preciso, portanto, como propõe Miskolci (2017, p. 54), lidar com as diferenças de modo a “encarar as relações sociais em suas assimetrias e hierarquias, reconhecendo que a divergência é fundamental em um contexto democrático”.

A diversidade, por sua vez, como assevera Miskolci (2017, p. 54), “serve a uma concepção horizontal de relações sociais que tem como objetivo evitar a divergência e, sobretudo, o conflito”. Nesse sentido, Rodrigues e Abramowicz (2013) afirmam que “sob o manto da diversidade, o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas é atravessado pela questão da tolerância, (...) já que pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico”. Duschatzky e Skliar (2000), salientam,

4 Segundo o autor, “havia interesse do Estado em utilizar o aprendizado e a cultura para unificar politicamente as nações, criando um sentimento comum de pertença” (Miskolci, 2017, p. 41).

5 Conforme Apple (2006, p. 48) um currículo oculto pode ser definido como “o ensino tácito de normas, valores e inclinações aos alunos, ensino que permanece pelo simples fato de os alunos viverem e lidarem com expectativas institucionais e rotinas das escolas, todos os dias durante vários anos”.

6 Heterossexualidade compulsória, conforme Rich (1980), é uma forma de impor a heterossexualidade tanto à força como subliminarmente, como única forma de manifestação da sexualidade. A heterossexualidade compulsória seria derivada da heteronormatividade que, conforme Miskolci (2007) “expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade”.

ainda, que a tolerância tem um forte ar familiar com a indiferença, podendo materializar a morte de todo o diálogo e, portanto, a morte do vínculo social, sempre conflitivo.

Tem-se, portanto, a diversidade que “tolera” e a diferença que “enfrenta”. Para encarar esse cenário heteronormativo, necessitamos de práticas pedagógicas em consonância com políticas educacionais de respeito às diferenças de gênero, como a pedagogia *queer*, que surge da intersecção entre uma pedagogia crítica à educação convencional e sua reprodução de relações de poder desiguais e a teoria *queer*, que crítica as práticas de normalização.

A Teoria *Queer* propõe um novo enfoque sobre os processos sociais que constituem a modernidade ao reunir a perspectiva histórica proveniente do marxismo, as contribuições do movimento feminista e dos estudos de gênero (Lara Neto, 2007).

Por sua vez, a pedagogia, conforme afirma Corazza (2005), não pode agir e nem pensar como antes, sendo que professores e alunos não podem educar nem serem educados como até então. Faz-se necessário sempre trabalhar com as diferenças, reforçando-as e problematizando-as de forma radical para que, dessa forma, possam ser enfatizadas as suas dinâmicas e vivenciadas todas as suas experiências inquietantes e misteriosas (Corazza, 2005). Nesse sentido, Louro (2004) vislumbra uma grande dificuldade para uma abordagem pedagógica da teoria *queer*, que implica em ter que “trabalhar com conhecimentos aos quais tem-se resistência em serem desenvolvidos, ou porque ousam questionar o ‘normal’, ou porque implicam adotar uma posição desconfortável dentro de uma ótica culturalmente estabelecida”.

Assumindo essa dificuldade como uma realidade de muitas escolas brasileiras e a necessidade de intervir por uma nova pedagogia em consonância com as práticas *queer* de respeito às diferenças de gênero na escola como uma prioridade, profissionais da educação devem assumir posturas proativas tanto em relação a mudanças nas suas próprias práticas pedagógicas como em relação a atitudes de respeito para com manifestações relacionadas a gênero entre os seus alunos/as.

O presente trabalho relata uma intervenção interdisciplinar de extensão que teve a participação de discentes do Ensino Médio técnico de duas escolas públicas de Joinville (Santa Catarina, Brasil), cujo objetivo foi proporcionar aos participantes uma sensibilização sobre a importância do respeito a todos dentro de uma perspectiva *queer* de convivência respeitosa entre as diferentes manifestações de gênero, bem como compartilhar experiências sobre a temática *queer*; demonstrar a importância do respeito às diferenças para que ocorra uma convivência respeitosa entre todos que participam do ambiente escolar; e contribuir para uma educação inclusiva e de qualidade, a medida em que seus discentes entendem a importância do respeito mútuo.

Métodos

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição de ensino básico, técnico e tecnológico, que atua por meio de uma rede formada por 22 câmpus espalhados pelo estado de Santa Catarina, Brasil. Os discentes dos turnos matutino e vespertino do câmpus Joinville⁷ foram o público-alvo da intervenção (que também estava aberta para todos os que quisessem participar). Nesses turnos, o câmpus oferece dois cursos técnicos integrados ao nível médio (eletroeletrônica e Mecânica), para um público aproximado de 556 discentes; um curso subsequente em Enfermagem (aproximadamente 114 discentes); e um Tecnólogo em Gestão Hospitalar (aproximadamente 261 discentes)⁸.

Ministramos ao longo da manhã e da tarde do dia 11 de setembro de 2018 uma intervenção extensionista denominada “Lidando com as diferenças de gênero no ambiente escolar”. A intervenção, realizada na forma de oficinas com a duração de 30 minutos cada, fez parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas realizada pela primeira autora no câmpus Caçador do IFSC.

As oficinas foram ministradas por dez discentes do curso técnico concomitante em Dança da Escola Estadual de Educação Básica Germano Timm de Joinville, da qual a primeira autora também fazia parte.

A programação da manhã foi a mesma da tarde, envolvendo, porém, públicos diferentes. Na parte da manhã, participaram 15 discentes dos cursos técnicos integrados, variando em idades de 15 a 18 anos. Pela tarde, além de 15 discentes dos mesmos cursos técnicos integrados (porém de outras turmas), participaram também quatro discentes do curso de tecnólogo em Gestão Hospitalar, cujas idades variavam entre 20 e 50 anos, além de uma docente da área de Eletroeletrônica.

- Oficina 1: estética corporal

Realizamos uma breve exposição sobre o uso amplo do termo *queer*, que não se refere somente à sexualidade, mas sim a tudo o que pode causar um “estranhamento”, um desvio aos padrões considerados “normais”. Explicou-se que qualquer pessoa que foge do padrão normalizador da sociedade é rotulado e passa a ser tratada como “anormal”.

Dividimos a turma em pequenos grupos, cada qual com a incumbência de escolher um de seus membros e rotulá-lo com etiquetas que identificassem em seu corpo características consideradas anormais e que pudessem causar “estranheza” (dentro de um contexto *queer*) aos padrões tidos como normais.

⁷ Joinville, apesar de não ser a capital, é a maior cidade do estado de Santa Catarina, com uma população estimada em 2018 de 583.144 pessoas (IBGE, 2018). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>. Acesso em 5 dez. 2018.

⁸ De acordo com os dados de matrículas do Anuário Estatístico PROEN/IFSC 2018 (ano base 2017). Disponível em: <https://public.tableau.com/profile/estatisticasifsc#!/>. Acesso em: 5 dez. 2018.

O objetivo era produzir um corpo estereotipado, com rótulos baseados em desvios dos padrões buscados pela sociedade para um corpo ou um comportamento tido como “perfeito” e desencadear no grande grupo uma discussão a respeito do poder que os estereótipos têm de influenciar nas vidas uns dos outros e também estimular uma postura de respeito às diferenças de cada indivíduo.

- Oficina 2: corpo e espaço

Todos os participantes reunidos em um grande grupo deveriam se deslocar aleatoriamente. Enquanto se deslocavam, havia um mediador que emitia vozes de comando que deveriam ser obedecidas por todos. As vozes de comando eram tais como “caminhar”, “correr sem se tocar”, “correr olhando para todos”, “abraçar em duplas, em trios, “abraçar de uma forma diferente”.

O objetivo da vivência era atentar que existem outras pessoas por perto e que elas são diferentes; perceber que quando se ocupa um espaço, esse espaço também é ocupado por outros e que o espaço não pertence somente a si.

- Oficina 3: diversidade no plural

Explicamos para todos os participantes que existem várias “diversidades”, como a diversidade cultural, a diversidade étnico-racial, a diversidade religiosa, entre outras. Também foi enfatizado que uma não deve ter preponderância sobre outras e que todas devem ser igualmente respeitadas.

Em seguida, dividimos a turma em grupos de aproximadamente seis pessoas. Cada grupo se isolou em um local sem contato com os outros para produzir uma cena que simulasse uma situação de desconforto (por exemplo *Bullying*, assédio ou constrangimento) relacionada a uma das diversidades comentadas. Essa cena deveria ser fotografada para ser exposta ao grande grupo.

Por fim, cada pequeno grupo expôs sua foto ao grande grupo, para que eles interpretassem a cena e tentassem entender o contexto e a causa da situação de desconforto. Cada grupo explicou a causa do desconforto e como aquele tipo de situação poderia ter sido evitada em um contexto de respeito às diversidades.

- Oficina 4: ocupação de direitos

Objetivou-se proporcionar a cada um dos participantes expor suas ideias a respeito do seu direito de expressão ou ser o que é, dentro de uma convivência respeitosa: sem rótulos, sem normalizações e, principalmente, com respeito às diferenças.

A cada grupo foi fornecido material para a produção de cartazes (canetinhas, canetões, cartolinas, lápis de cor, giz de cera), que deveriam expressar uma avaliação sobre a atividade realizada e também manifestar o que o grupo sentia em relação ao respeito às diferenças relacionadas ao gênero.

Resultados e Discussão

Deve-se levar em conta a possibilidade de que uma considerável parcela dos discentes do ensino médio que participaram da atividade tivessem um conhecimento muito elementar sobre questões de gênero. Muitas vezes esse conhecimento também se encontra eivado pelo senso comum, que é dirigido pela heteronormatividade.

Nesse sentido, em uma prática social envolvendo a temática de gênero a partir de problematizações sobre violência doméstica, sexismo e desigualdades de gênero, discentes questionados por Nunes (2010), evidenciaram essa situação de conhecimento elementar e eivado de senso comum. Porém, os mesmos discentes também relataram uma situação de um entendimento mais criterioso e crítico, após participarem da prática social (Nunes, 2010).

Em outra ocasião, uma oficina sobre “modelos ideais”, aplicada a discentes do Ensino de Jovens e Adultos por Chucailo (2016) propunha debater sobre a construção social do gênero a partir da montagem de “modelos” de homem e/ou mulher objetivando uma reflexão sobre os conceitos de masculinidades e feminilidades possíveis e um questionamento dos papéis desempenhados tanto por mulheres quanto por homens, reconhecendo, dessa forma, as distintas manifestações dos gêneros presentes na sociedade. Conforme a autora, a atividade provocou reflexões referentes à identidade de gênero que grande parte dos discentes nunca antes tinham percebido ou parado para questionar (Chucailo, 2016).

De modo similar, as oficinas aqui descritas também produziram o efeito de provocar reflexões em seus participantes a respeito das diferenças entre cada sujeito e, principalmente, o respeito que todos devem ter em relação a essas diferenças. Objetivamos, por exemplo, através da oficina de Estética Corporal enfrentar a heteronormatividade, para que o discurso de valorização das diferenças não conviva com a existência dessa norma.

Os grupos produziram rótulos envolvendo marcas de diferença com conotações étnico-raciais, como “cabelo bombril”, “macaco”, “beijuda”; sexistas, como “peituda”, “*air bag*”, “gostosa”, “você pensa além de ser bonita?”; estética, como “gorda”, “fofinha”, “magrela”, “baixinha”; “forte”; cultural, como “burrinha” e também heteronormativas, como “mão ‘masculina’” e “alegre”.

Procuramos, dessa forma, desconstruir situações paradoxais como as vivenciadas por Seffner (2013) ao afirmar que “os ‘normais’ não precisam falar, e poucos se preocupam em problematizar a norma de gênero, a heteronormatividade”. Trata-se de vivenciar na prática, através dos rótulos que todos e todas, por mais

“normais” que pareçam ser, sempre acabam agregando às suas identidades. É o que Caetano Veloso expressa em sua música Vaca profana: “de perto ninguém é normal”⁹.

A oficina Diversidade no Plural objetivou expor as várias “diversidades”, enfatizado que uma não deve preponderar sobre outras e que todas devem ser igualmente respeitadas. Alguns grupos expuseram situações envolvendo bullying e comportamentos sexistas tanto por parte de docentes como por parte de discentes e evidenciaram a necessidade de que a escola mantenha regras nas quais todos os seus frequentadores se mantenham dentro de padrões de conduta respeitosos uns com os outros.

Concordamos, dessa forma, com Seffner (2011), no sentido de que a escola deve, efetivamente, reger questões ligadas a gênero e sexualidade, mesmo enfrentando uma possível pecha de conservadora, validando, dessa forma, sua vocação de instituição pública que visa à formação científica e à sociabilidade em regime de igualdade. O autor ainda afirma que para cada espaço público há determinados modos de portar-se e vestir-se, e que a escola não deve ser diferente: “por ser um espaço público, deve acolher a diversidade, mas isso não impede que tenha regramentos claros em relação a roupas e comportamentos, visando demarcar suas funções” (Seffner, 2011).

A oficina de “Ocupação de Direitos” teve o objetivo de proporcionar a cada um dos participantes expor suas ideias a respeito do seu direito de se expressar ou ser o que é, dentro de uma convivência respeitosa, sem rótulos, sem normalizações e, principalmente, com respeito às diferenças. Algumas das frases produzidas pelos grupos em seus cartazes refletiram isso: “tudo começa pelo respeito”; “que lente você usa para me enxergar?”; “Inteligência é não julgar o próximo”; “você define sua identidade”; “a vida é muito mais que um corpo”; “não me chame de gostosa, me chame de incrível”; “o corpo ideal é o seu”.

Com efeito, para Jesus, Ramires, Unbehau e Cavasin (2008), a escola deve exercer um papel fundamental tanto na desconstrução de mitos e preconceitos, como na promoção de valores democráticos de respeito ao outro. Conforme afirmam Scott, Lewis e Quadros (2009, p. 14) o campo da educação e o espaço da escola fazem parte do debate entre diversidade e diferença como instâncias fundamentais tanto de reprodução quanto de mudança sociocultural, contendo, dessa forma, expressões de preconceitos e discriminação, ao mesmo tempo em que pode ser terreno fértil para a construção de respeito e igualdade.

Conclusões

Toda a intervenção foi desenvolvida abordando a temática *queer* de lidar com a diferença no ambiente escolar, mas os autores estão cientes de que, conforme frisam Picchetti e Seffner (2017), “não há muros capazes de isolar a escola pública brasileira do seu entorno social, e semelhante situação inclusive não é

9 Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/44789/>. Acesso em: 8 mar. 2019.

desejável, pois a escola (...) se ocupa da alfabetização científica, mas também da formação do cidadão”. Os autores também argumentam que existe continuidade entre a escola e a cultura em que se situa e que situações que ocorrem no ambiente escolar têm ressonância com o que está fora dele, fazendo com que a escola seja um lugar privilegiado para reflexão e debate de temas ligados aos direitos humanos e à diversidade (Picchetti e Seffner, 2017).

Seffner, Borillo e Ribeiro (2018) afirmam que:

As categorias gênero e sexualidade ganharam a arena política mais geral, e estabelecem demarcações tensas entre partidos políticos e no interior de grupos políticos. Quando observamos as ocupações das escolas públicas em 2016 salta aos olhos a demanda por oficinas acerca de questões de gênero e sexualidade por parte dos estudantes.

Neste sentido, Estacheski (2016) é enfática quanto à necessidade de se debater gênero na escola. Para ela:

Os estudos de gênero proporcionam uma percepção digna de toda pessoa (...), não destrói o ser humano, humaniza as relações. Não destrói a família, valoriza e respeita a diversidade de constituições familiares, não destrói a fé, compreende o direito de toda pessoa de viver suas crenças, sejam quais forem. Para trabalhar com coerência, porém, é preciso definir estratégias que insiram o tema na formação docente, inicial e continuada, e também nos materiais didáticos. (p. 98)

Concordando com Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011), a heterogeneidade precisa ser produzida, não bastando reconhecer o direito às diferenças identitárias, mas intensificando as diferenciações, incitando-as, criando-as, produzindo-as. Acredita-se que, com as oficinas que foram oportunizadas aos discentes, proporcionou-se uma vivência que auxiliará nas suas reflexões tanto em relação a aceitação dos outros como diferentes como a si mesmo com suas contradições e peculiaridades.

Dito isso, acreditamos que o objetivo de fazer com que todos os que participaram das oficinas refletissem sobre a importância de uma convivência respeitosa entre as diferentes manifestações de gênero no ambiente escolar (e quizá fora dele) foi cumprido. Juntamo-nos a Couto Júnior (2016) na defesa da importância de se trabalhar as questões discutidas ao longo deste artigo tanto no Ensino Básico quanto nos cursos de formação de professores, buscando colocar em xeque a normatização e naturalização da heterossexualidade na produção das diversas marcas da abjeção.

Referências

- Abramowicz, A.;** Rodrigues, T. C. e Cruz, A. C. J. da. (2011) A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea 1*(2), 85-97. Recuperado de <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38/20>.
- Apple, M. W.** (2006). *Ideologia e Currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Chucailo, V. C.** (2016). Impressões sobre identidades de gênero: o desafio dos modelos ideais. Em A. da Bueno, D. T. Estacheski e E. C. Crema. (Orgs.), *Gênero educação e sexualidades: reconhecendo diferenças para superar (pré)conceitos* (pp. 93-107). Uberlândia: Ed. dos Autores.
- Corazza, S. M.** (2005). Nos tempos da educação: cenas de uma vida de professora. *Revista da ABEN*, (12), 7-10. Recuperado de: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/329/259>.
- Couto Júnior, D. R. do.** (2016). Gênero, sexualidade e a teoria queer na educação: colocando em questão a heteronormatividade. *Atos de Pesquisa em Educação*, 11(1), 250-270. doi: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n1p250-270>.
- Duschatky, S. e Skliar, C.** (2000). Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. *Educação e Realidade*, 25(2), 163-177. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46855>.
- Estacheski, D. de L. T.** (2016). Gênero na escola sim, mas como fazer? Em A. da Bueno, D. T. Estacheski e E. C. Crema. (Orgs.), *Gênero educação e sexualidades: reconhecendo diferenças para superar (pré)conceitos* (pp. 63-79). Uberlândia: Ed. dos Autores.
- Foucault, M.** (1987). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 2.ed. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M.** (2001). *Os anormais: curso no College de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jesus, B. de, Ramires, L., Unbehaum, S. e Cavasin, S.** (2008) *Diversidade Sexual na Escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens*. Ed. Especial revista e Ampliada. São Paulo: Eccos / Corsa.
- Lara Neto, O. A.** (2007). A teoria queer e as sexualidades no contexto brasileiro. A Teoria Queer e as sexualidades no contexto brasileiro: desafios teórico-metodológicos. Em Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Brasil. Recuperado de <https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st18-5/2962-oswaldoneto-a-teoria/file>.
- Louro, G. L.** (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Miskolci, R.** (2007). A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. Em Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil, Campinas, Brasil. Recuperado de http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf.
- Miskolci, R.** (2017). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. São Paulo: Autêntica.
- Nunes, J. R.** (2010) Discutindo gênero na escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar. Em C. Rial, J. M. Pedro, S. M. F. Arend (Eds.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade* (pp. 382-399). Florianópolis: Ed. Mulheres,.
- Picchetti, Y. de P e Seffner, F.** (2017). Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferença: cenas escolares. *Linhas Críticas*, 23(52), 717-739. Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28551>.
- Rich, A.** (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, 5(4), 631-660.

- Rodrigues, T. C. e Abramowicz, A. (2013).** O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação e Pesquisa*, v. 39(1), 15-30. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100002>.
- Scott, P.; Lewis, L.; Quadros, M. T. de (Orgs.). (2009).** *Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente*. Recife: Ed. Universitária UFPE.
- Seffner, F. (2011).** Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Estudos Feministas*, 19(2), 561-572. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200017/19408>.
- Seffner, F. (2013).** Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>.
- Seffner, F.; Borillo, D. e Ribeiro, F. B.(2018).** Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. *Civitas*, 18(1), 5-9. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.30347>.